

DF - Lixo

Suspensa licitação do lixo

Nehil Hamilton 12.04.99

Empresas interessadas em disputar concorrência de R\$ 360 milhões para coleta de lixo questionam edital

Ana Maria Campos
Da equipe do Correio

Confusão e polêmica ontem na data limite para entrega das propostas para a concorrência pública dos serviços de limpeza urbana do Distrito Federal. A empresa de Sorocaba (SP) SPL — Construtora e Pavimentadora Ltda conseguiu suspender a licitação, por força de uma liminar concedida sábado pela juíza de plantão do Tribunal de Justiça Leila Cury. A empresa alegou ter dúvidas sobre o edital.

Quando os representantes da SPL chegaram à sala onde funciona a Comissão Especial de Licitação (CEL), às 13h35, três outras empresas já se encontravam no local com suas propostas. A liminar, suspendendo o processo, provocou dúvidas no presidente da Comissão, Dinísio Antônio da Cruz. Representantes de empresas e observadores alegavam que a liminar suspendia a licitação e por causa disso as propostas deveriam ser devolvidas.

Depois de muita discussão, Dinísio registrou em ata que suspenderia os trabalhos, lacrando em caixas todas as propostas — com os respectivos envelopes de habilitação — das seguintes empresas: Enterpa Ambiental S/A, Júlio Simões Transportes e Serviços Ltda, Vega Engenharia Ambiental S/A e a própria SPL Construtora e Pavimentadora Ltda. Todas empresas paulistas.

PAULISTAS

A Enterpa já atua no Distrito Federal desde o início do atual governo. A empresa paulista foi contratada sem licitação pública, em caráter emergencial, em março de 1999. O contrato, no valor de R\$ 5,89 milhões, foi questionado pela oposição mas endossado pelo Tribunal de Contas do DF.

A empresa Vega, também paulista, tem 23 filiais em todo o país e trabalha com as prefeituras do Rio de Janeiro, Campo Grande, São Paulo. A Júlio Simões atua no setor de transporte de Cargas e locação de veículos. Atualmente tem um contrato com a prefeitura do Rio de Janeiro. A SPL, por sua vez, já atuou no Distrito Federal durante cinco anos, mas teve seu contrato suspenso no início do governo Roriz.

A ausência de empresas de Brasília com capacidade para participar da concorrência provocou um discurso indignado deputado Paulo Octávio (PFL-DF), que esteve no local. "Juridicamente não questiono o edital, mas contesto moralmente por

impedir a participação de empresas de Brasília", disse.

A opinião do deputado é compartilhada pelo diretor-superintendente da empresa Artec, de Brasília, Paulo César Lacerda. "A exigência de operação em aterro sanitário inviabilizou a nossa participação", revelou. O diretor comercial da Construtora Dinâmica, Luiz Cláudio Freitas, também estava insatisfeito com as exigências do edital. "Temos experiência em coleta de lixo em Uberaba (MG), mas não conseguimos participar da licitação pela exigência do capital social e da capacitação técnica em todas as modalidades", explica.

Não é à toa que empresas de fora estão com olhos neste negócio. O vencedor da concorrência vai abocanhar nada menos do que R\$ 6 milhões mensais, ou R\$ 360 milhões ao longo de cinco anos. Para isso, terá que oferecer um serviço de primeiro mundo. O serviço será completo: coleta, compactação, depósito e reciclagem das 1,8 mil toneladas de lixo recolhidas por dia no Distrito Federal. Também ficará encarregada de construir um aterro sanitário, de forma que o lixo receberá tratamento pela primeira vez na história de Brasília.

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, procurador do Ministério Público no Tribunal de Contas do Distrito Federal, acha que este é o grande mérito da concorrência do SLU. "A partir de agora o lixo não vai mais poluir nosso lençol freático", elogia.

Quem questiona também a concorrência é o deputado distrital Chico Floresta (PT). Secretário de Meio Ambiente na gestão do ex-governador Cristovam Buarque, diz que está reunindo elementos para mover uma ação popular que suspenda definitivamente o processo licitatório. "É um contrato milionário. Para se ter uma idéia, o orçamento do SLU é de R\$ 90 milhões e a empresa vencedora vai faturar R\$ 72 milhões por ano. É um escândalo", diz. "Seria mais vantajoso investir esses recursos no SLU, que no governo passado passou a oferecer serviços com qualidade, trabalhando com parcerias populares", opina.

Enquanto isso, na concorrência pública, os trabalhos estão suspensos até que a liminar seja julgada. A assessoria jurídica do SLU explica que a Comissão recebeu as propostas mas esse ato "não significa nenhum procedimento licitatório e que as propostas serão devolvidas às empresas".



Coleta de lixo em Brasília, um negócio de R\$ 360 milhões que despertou interesse de empresas de fora

PEQUENAS EMPRESAS FORA

O QUE O EDITAL EXIGE DA EMPRESA QUE PARTICIPA DA LICITAÇÃO

- Capital de R\$ 25,5 milhões.
- Pagamento de caução no valor de 10% do capital exigido, ou seja, R\$ 2,55 milhões.
- Atestado de capacitação técnica em nome da empresa e não do responsável pela empresa, o que impossibilita a contratação de profissionais qualificados por outras empresas interessadas. Atestar a capacitação técnica do responsável pela empresa é a forma encontrada por firmas médias para concorrer com outras menores.
- Impossibilidade de constituição de consórcios.
- Concorrência pluriobjetiva, ou seja, vai contratar uma empresa para prestar vários serviços: coleta de lixo, compactação, depósito e reciclagem. Se a concorrência fosse realizada em lotes, abriria a possibilidade de várias empresas participarem, cada uma em sua área de especialização. A exigência de capital mínimo também seria menor.
- Exigência de que a frota da empresa seja substituída a cada 120 dias.